

X Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA-10)
25-27 de Janeiro de 2018
Hotel Alixares (Granada)

PAINEL Nº 18

TÍTULO DO PAINEL:

Reconstrução e desenvolvimento em Angola pós-2002: Uma perspectiva pela economia política

COORDENAN:

Carlos Oya (SOAS, U. London)

Manuel Ennes Ferreira (ISEG, U. Lisboa)

PALAVRAS CHAVE:

Angola, economia política, empresários, crescimento, emprego

RESUMO:

Com o fim da guerra civil em Angola em 2002, um novo quadro político surgiu trazendo uma estabilidade que até então condicionou em alguma medida o crescimento e o desenvolvimento nacional. Ao risco político juntava-se o risco económico, claramente percebido quer pelos agentes económicos internos quer externos, neste último caso incluindo instituições internacionais vocacionadas para o apoio à economia.

Com uma economia largamente dependente do sector petrolífero quer ao nível da balança de pagamentos quer no contributo das receitas fiscais do OGE e na estrutura do PIB, o desafio de romper com essa dependência era, como o é ainda, enorme. Mobilizar a poupança interna e transformar o sistema financeiro em factores de apoio à actividade económica transformou-se num enorme desafio. Porém, e dadas as suas limitações estruturais, cedo ficou claro que a atração do capital estrangeiro para actividades não directamente ligadas ao sector extractivo, a mobilização de empréstimos para projectos de infraestruturas ou ainda a diversificação de parceiros, são requisitos necessários para garantir o crescimento económico do país. O que se passou desde 2002 até à actualidade mostra claramente que a manutenção da dependência do sector petrolífero hipoteca as possibilidades de uma verdadeira alteração estrutural da economia. Assim,

reconstrução, criação de novas oportunidades de negócio ou criação de emprego encontram-se entre prioridades que o governo angolano enfrenta. Simultaneamente, a participação do empresariado nacional, do investidor estrangeiro e do apoio financeiro externo são os veículos incontornáveis para atingir aqueles objectivos. Embora se tenha registado o aparecimento de inúmeros empresários e grupos empresariais nacionais, o seu impacto na economia está muito longe do desejável, o que pode ser extensível ao papel do investidor externo.

A captação de empréstimos a que o Estado tem recorrido, com destaque para a China, tem merecido um destaque especial. Em todo este novo contexto o governo tem insistido nos anos mais recentes na necessidade de diversificação da economia, o que não sendo nada de novo ao nível das intenções parece estar agora a ser encarado com maior seriedade. Claramente que de entre as várias explicações possíveis a análise que toma em consideração a conjugação de interesses domésticos e internacionais na tomada de decisões, quer individuais quer ao nível da política económica do governo têm de ser tomadas em consideração.

Assim, este painel pretende discutir a temática atrás referida e olhar igualmente para o futuro reflectindo sobre o papel do empresariado nacional e estrangeiro ou ainda a aplicação dos empréstimos externos. Que impacto têm na criação de emprego? Ou na balança de pagamentos? Ou na economia sob diversas formas? O painel poderia incluir contribuições com forte carácter empírico sobre estas questões e outras relacionadas com as dinâmicas de emprego nos sectores não extractivos assim como das dinâmicas de mudança e desenvolvimento dos sectores industriais, de construção e serviços depois de 2002. Estas ou outras questões que devem tomar em consideração o enfoque analítico pela economia política serão bem acolhidas neste painel.